



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA
FRENTE À IMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO MÉDIO
POLITÉCNICO NAS ESCOLAS ESTADUAIS DO RIO
GRANDE DO SUL**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Cassiani dos Santos

Sapiranga, RS, Brasil

2013

**A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA FRENTE À
IMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO MÉDIO POLITÉCNICO NAS
ESCOLAS ESTADUAIS DO RIO GRANDE DO SUL**

por

Cassiani dos Santos

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional, da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para
obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

Orientador: Prof^a. Dra. Sueli Menezes Pereira

Sapiranga, RS, Brasil

2013

*Dedico este trabalho a todos
aqueles que, assim como eu, acreditam
na educação e batalham em prol
da qualidade do ensino oferecido pela
escola pública em nosso país.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à professora orientadora Doutora Sueli Menezes Pereira por aceitar me orientar e me ajudar a guiar este trabalho da melhor forma. Desde já peço desculpas se não correspondo às expectativas, pois, como disse uma grande amiga “há momentos em que parece que o inverno se instaura em nossas vidas e tudo parece mais difícil”. Realmente não foi um ano fácil, mas ao término dessa caminhada, parece que o sol torna a brilhar.

Agradeço, como sempre, à minha família, especialmente a meu esposo Eduardo que acompanha mais de perto minha trajetória de eterna estudante, a meu pai João e à minha mãe Maria, que mesmo quando eu mesma duvido que possa fazer algo, sempre acreditam em mim, no meu trabalho, na minha capacidade...

Agradeço as palavras de incentivo de tios, primos, colegas de trabalho e também o carinho e a compreensão de meus alunos por aqueles momentos em que não pude me dedicar a eles integralmente como gosto de fazer.

Finalmente, agradeço a Deus, ser maior, que me guia pelos melhores caminhos e ilumina sempre minhas escolhas, sejam pessoais ou profissionais; que continue me acompanhando em todos os meus passos.

[...] ensinar não é transferir conhecimento, conteúdos, nem formar é ação pela qual um sujeito criador dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado. Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender.

Paulo Freire.

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA FRENTE À IMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO MÉDIO POLITÉCNICO NAS ESCOLAS ESTUDUAIS DO RIO GRANDE DO SUL

AUTORA: CASSIANI DOS SANTOS

ORIENTADORA: SUELI MENEZES PEREIRA

Data e Local da Defesa: Sapiranga/RS, 30 de novembro de 2013.

Este trabalho de pesquisa tem a finalidade de analisar como se deu a implementação do Ensino Médio Politécnico em uma das escolas da rede estadual localizada na cidade de Parobé/RS. Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo, na qual será realizado um estudo de caso e em que nos apoiaremos nos princípios da gestão democrática para a compreensão da aplicação da nova proposta. Também apresentaremos a definição de politecnia, uma vez que o Ensino Médio, etapa final da educação básica, deve estar ligado à educação tecnológica, à compreensão do significado de ciência, das letras e das artes e às relações desses conhecimentos com a vida dos alunos. Nossa proposta visa à identificação da funcionalidade e das características desse processo educacional, tendo em vista uma possível melhoria no sistema de ensino do Rio Grande do Sul. A busca por uma educação de qualidade é tarefa de todos, do Estado, dos profissionais da educação e da comunidade em geral, buscando, assim, ligar o educando à realidade material e social que o cerca, permitindo a compreensão dessa realidade e sua transformação.

Palavras-chave: Ensino Médio Politécnico. Gestão democrática. Ensino.

ABSTRACT

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA FRENTE À IMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO MÉDIO POLITÉCNICO NAS ESCOLAS ESTUDUAIS DO RIO GRANDE DO SUL

(THE IMPORTANCE OF MANAGEMENT DEMOCRATIC FRONT FOR THE
IMPLEMENTATION OF SCHOOL ESTUDUAIS POLYTECHNIC SCHOOL OF RIO
GRANDE DO SUL)

AUTORA: CASSIANI DOS SANTOS

ORIENTADORA: SUELI MENEZES PEREIRA

Data e Local da Defesa: Saporanga/RS, 30 de novembro de 2013.

This research aims to analyze how was the implementation of Polytechnic High School in one of the schools of the state located in Parobé / RS. This is a qualitative study, which will be a case study and we will support the principles of democratic management in understanding the application of the new proposal. We also present the definition of polytechnic since high school, the final stage of basic education should be linked to technological education, the understanding of the meaning of science, literature and the arts and the relationship of this knowledge to the students' lives. Our proposal aims at identifying the role and the characteristics of this educational process, considering a possible improvement in the education system of the Rio Grande do Sul. The search for a quality education is everyone's job, the state of education professionals and the general community, seeking thereby to connect the student to the material and social reality around him, allowing to understand this reality and its transformation.

Keywords: Polytechnic High School . Democratic management. Education.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO 1 A GESTÃO PARTICIPATIVA NO ÂMBITO ESCOLAR.	12
1.1 A gestão democrática na escola.....	12
1.2 A construção coletiva da proposta pedagógica da escola.....	14
CAPÍTULO 2 REESTRUTURAÇÃO DO ENSINO MÉDIO.....	16
2.1 O Ensino Médio ao longo da história.....	16
2.2 A reestruturação do Ensino Médio.....	19
2.3 O Ensino Médio Politécnico e sua forma de estruturação.....	22
CAPÍTULO 3 O ENSINO MÉDIO POLITÉCNICO NA PRÁTICA: ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES E CONSTRUÇÃO DOS RESULTADOS.....	27
3.1 Contexto da pesquisa.....	27
3.1.1 Fontes.....	28
3.1.2 Instrumentos de pesquisa.....	28
3.2 Construção dos resultados.....	30
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	33
REFERÊNCIAS.....	36
APÊNDICE A ENTREVISTA.....	38
ANEXOS.....	39
ANEXO A.....	40
ANEXO B	41
ANEXO C.....	42
ANEXO D	43
ANEXO E	44
ANEXO F	45

INTRODUÇÃO

Desde a década de 80, a sociedade brasileira tem se conscientizado sobre a importância da qualidade do ensino que é oferecido à população e também sobre a democratização desse ensino. Nesse período, com a Constituição de 1988, foram dados os primeiros passos na busca da democratização da gestão escolar e melhorias da qualidade para a área da educação, o que é referendado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). A eleição de diretores, a criação do projeto Político Pedagógico como construção coletiva tendo os professores como principais responsáveis (Art. 13/LDB/1996) e a criação do Conselho Escolar como órgão representativo da comunidade escolar (Art. 14/LDB/1996) também foram passos importantes para a democratização da hierarquia escolar.

Quando pensamos em qualidade educacional, vários fatores surgem como norteadores dessa questão que é de suma relevância e um desafio para todos os profissionais da educação. Em 2009, o Estado do Rio Grande do Sul apresentou às escolas da rede estadual os Referenciais Curriculares que, divididos por áreas de conhecimentos indicam, a partir da 5ª série do ensino fundamental, conhecimentos mínimos que devem ser comuns às escolas da rede.

Depois desse primeiro passo dado pelas orientações dos Referenciais Curriculares e da aplicação do material prático oriundo desse documento, em 2010, uma proposta de reformulação do Ensino Médio foi apresentada às escolas estaduais para tentar superar um ensino tradicional apoiado somente na memorização de fórmulas, fatos e informações. O Ensino Médio Politécnico foi, então, apresentado às escolas estaduais do Rio Grande do Sul como meio para aliar a teoria e a prática social por meio de projetos de pesquisa, aproximando, dessa forma, o aluno de sua realidade e do mundo do trabalho.

Para tanto, a cada estabelecimento de ensino foi oportunizada a aplicação e a adaptação do currículo à sua realidade, deixando claro que a escola deve ser o lugar em que se aprende a analisar argumentos, fazer escolhas e posicionar-se criticamente frente aos fatos que se apresentam no cotidiano.

Uma das finalidades da educação básica e, portanto, do Ensino Médio (etapa final da educação básica) segundo o Art. 22 da LDB é “desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe

meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”. De acordo com o Art. 35. “O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades”:

- I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
- III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

Nesse sentido, o Ensino Médio passa a ser o momento de aliar a teoria apreendida à prática do cotidiano de modo a proporcionar aos educandos maior engajamento com a sociedade da qual fazem parte e com o mundo do trabalho. Maiores estudos na área do ensino politécnico serão de fundamental importância para que possamos compreender o que é politecnia e como colocá-la em prática de modo eficaz.

A luta por uma educação de qualidade não deve ser delegada somente ao Estado, e sim a todos, através de responsabilidades conjuntas, com a real participação de diretores, professores, pais e comunidade em geral, pois é um processo que deve estar em permanente avaliação e reavaliação. A autonomia e a democracia, princípios básicos da gestão democrática, são indispensáveis para a construção de uma escola participativa e inclusiva, na qual as responsabilidades são compartilhadas por todos os segmentos da comunidade escolar.

Portanto, o presente trabalho tem por finalidade analisar, em um estabelecimento de ensino da rede estadual, localizado no município de Parobé se, de fato, o processo de implementação do Ensino Médio Politécnico foi realizado de maneira democrática, com a plena participação da comunidade escolar e quais as aprendizagens mais significativas oriundas desse processo.

Para a realização do presente trabalho de pesquisa, além de realizada uma ampla pesquisa bibliográfica, também foi efetuada pesquisa de campo, na qual

verificamos na prática como se deu a implementação do Ensino Médio Politécnico em uma das quatro escolas da rede estadual de ensino, localizadas em Parobé/RS.

A pesquisa terá abordagem qualitativa e o tipo de pesquisa utilizado será estudo de caso, pois se trata de um estudo focado em um caso específico, no qual não serão estudados apenas documentos, mas também os sujeitos envolvidos na investigação e as influências internas e externas no processo de implementação (ALVES-MAZZOTTI, 2006).

Os instrumentos utilizados para a coleta de dados na escola foram a observação sistemática, que consiste na observação do comportamento dos participantes do processo analisado e entrevistas com os professores coordenadores do Ensino Médio Politécnico na escola. A forma de análise de dados utilizada neste trabalho foi a análise de conteúdo, já que essa forma trabalha diretamente com o conteúdo dos textos escritos analisados, sem fazer relações além destes (CAREGNATO, 2006).

Este trabalho encontra-se organizado em três capítulos. O primeiro deles, intitulado “Gestão participativa no âmbito escolar”, trará considerações sobre a importância da gestão democrática na escola visando objetivos coletivamente estabelecidos. No segundo capítulo, dedicamo-nos ao estudo da reestruturação do Ensino Médio, apontando as principais mudanças nessa etapa da educação básica que passa a ter a pesquisa como princípio pedagógico. Já o terceiro capítulo foi dedicado à análise das informações coletadas na escola.

Dessa maneira, pretende-se fazer relações entre a gestão democrática, a proposta do Novo Ensino Médio e a prática realizada na escola, a fim de verificar a interferência desses itens na questão do ensino-aprendizagem dos alunos.

CAPÍTULO 1

A GESTÃO PARTICIPATIVA NO ÂMBITO ESCOLAR

Para apresentar o Referencial Teórico, este capítulo se divide em duas seções. A primeira delas apresenta a importância da gestão escolar participativa no contexto da escola e a segunda abordará a importância da participação coletiva no Projeto Pedagógico da escola.

1.1 A gestão democrática na escola

A expressão “gestão escolar” é recente na história da educação do Brasil, tendo como marco a promulgação da Constituição Federal de 1988, que a instituiu como princípio para a educação e, portanto, direito de todos os brasileiros. A palavra gestão tem como origem o verbo latino *gero, gessi, gestum, gerere* e significa levar sobre si, carregar, chamar a si, executar, exercer, gerar.

Para Cury (2005, p. 01),

A gestão implica um ou mais interlocutores com os quais se dialoga pela arte de interrogar e pela paciência de buscar respostas que possam auxiliar no governo da educação, segundo a justiça. Nesta perspectiva, a gestão implica diálogo como forma superior de encontro das pessoas e solução dos conflitos.

O conceito de gestão está ligado ao fortalecimento da democratização do processo educacional e à participação responsável de todos nas discussões, decisões, acompanhamento e avaliação desses processos.

A gestão participativa demanda diversas responsabilidades que vão além da opinião, exigem comprometimento; historicamente, a educação foi organizada de maneira que a participação dos docentes na área administrativa e de tomada de decisões fosse mínima. Mas isso vem mudando nos últimos anos, pois dirigir e

coordenar passaram a significar assumir no grupo a responsabilidade por fazer a escola funcionar mediante o trabalho coletivo (Libâneo, Oliveira e Toschi, 2003).

Essa mudança significativa no conceito de administração escolar decorre das modificações que ocorreram no mundo e impuseram novos desafios ao sistema de ensino. A crença de que a responsabilidade pela escola e pelo ensino é somente do governo é uma noção ultrapassada, que vem sendo alterada, já que a sociedade aumenta a cada dia sua participação nos processos decisórios e fiscalizatórios que envolvem o âmbito escolar.

Assim, a gestão democrática não se constrói sem planejamento participativo e o gestor tem que estar ciente de que ele sozinho não consegue administrar todos os problemas, necessitando compartilhar as responsabilidades com os demais segmentos da escola: alunos, pais, professores, funcionários e demais pessoas interessadas em contribuir com o processo pedagógico.

A gestão democrática, portanto, pressupõe a participação efetiva de toda equipe nos processos de tomadas de decisão da escola, que, com suas contribuições, ajudarão na organização, na construção e avaliação dos projetos pedagógicos e também na administração dos recursos da entidade.

A participação coletiva interfere positivamente no funcionamento da escola, pois, dessa forma, abrem-se oportunidades para uma nova forma de administrar, na qual todas as ações desenvolvidas envolvem, de fato, os sujeitos e as tomadas de decisões por eles realizadas (SANTOS, 2002).

O Conselho Escolar (composto por representantes de todos os segmentos da comunidade escolar), o Conselho de Classe (com o objetivo de avaliar o trabalho pedagógico e as atividades da escola), a Associação de Pais e Mestres (aproximação entre os pais e a escola) e o Grêmio Estudantil (organização política e luta por direitos) são exemplos de modos de participação estimulados pela gestão democrática que interferem e contribuem com o processo de ensino-aprendizagem desenvolvido na escola e, conseqüentemente, na qualidade do ensino fornecido por ela.

O Ministério da Educação define o Conselho Escolar como órgão colegiado, no qual participam a comunidade escolar e a comunidade local em sintonia com a administração escolar, que tem como objetivo tomar decisões coletivas nas áreas administrativa, financeira e político-pedagógica. O Conselho não age somente como

instrumento de controle externo, mas também como um parceiro de todas as atividades internas da escola.

1.2 A construção coletiva da proposta pedagógica da escola

O projeto pedagógico serve para organizar o trabalho desenvolvido na escola, seguindo os interesses da comunidade escolar. Para tanto, deve apresentar objetivos claros que determinem as finalidades da escola, além da organização de espaços e tempos, visando os anseios da comunidade na qual a escola está inserida.

Para que o projeto pedagógico não seja apenas mais um documento presente na escola e possa, de fato, ser compreendido como norteador dos processos educacionais é necessário a participação e o comprometimento de todos os membros da escola de forma conjunta.

A construção do projeto pedagógico de uma escola está diretamente ligada à gestão democrática, pois os diferentes envolvidos nesse processo de criação, juntos, perceberão com mais facilidade as transformações políticas, econômicas e sócio-culturais que estão ao seu entorno e saberão apontar, com mais facilidade, as suas principais necessidades.

É preciso lembrar também que por estar estritamente ligado à vida e às necessidades de uma série de pessoas, por vezes díspares, com necessidades bastante peculiares, o projeto pedagógico precisa ser constantemente revisado, de modo a acompanhar a evolução da identidade escolar.

A LDB, no art. 12, inciso I, determina que os estabelecimentos de ensino tenham a incumbência de elaborar e executar a sua proposta pedagógica. Já o art. 14, incisos I e II do mesmo texto, deixa claro que os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do PP da escola e da participação da comunidade escolar em conselhos escolares ou equivalentes.

Segundo Vasconcellos (1995, p. 143), o projeto pedagógico representa as intenções da instituição de ensino e trata-se de

[...] um instrumento teórico-metodológico que visa ajudar e enfrentar os desafios do cotidiano da escola, só que de uma forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica e, o que é essencial, participativa. É uma

metodologia de trabalho que possibilita ressignificar a ação de todos os agentes da instituição.

A participação de todos na construção do PP vem de encontro à visão de uma educação democrática, que ultrapassa a concepção tradicional e hierárquica de administração escolar. Desse modo, a gestão democrática pode ser entendida como um processo de construção que requer autonomia, participação, transparência e respeito à pluralidade.

Porém, para permitir e ampliar cada vez mais a participação popular na gestão e no controle social das políticas públicas é fundamental a existência de espaços e oportunidades para que as relações entre os vários segmentos da escola possam acontecer.

Segundo Libâneo (2004), a exigência da participação dos pais nos processos escolares corresponde às novas formas de relação entre escola, sociedade e trabalho e repercute diretamente na escola, que não pode mais ser vista como instituição isolada, separada da realidade que a cerca.

A qualidade que se pretende alcançar na educação brasileira depende de inúmeros fatores e é um processo que precisa estar em permanente avaliação e reavaliação. Portanto, para que esse objetivo seja alcançado, com a colaboração de todos os membros da comunidade escolar, os princípios da autonomia e da democracia devem nortear o desenvolvimento de uma escola comprometida com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária para todos.

CAPÍTULO 2

REESTRUTURAÇÃO DO ENSINO MÉDIO

Neste capítulo apresenta-se resumidamente a história do Ensino Médio, fazendo um apanhado geral até chegar à reestruturação proposta para esse nível de ensino e a implementação do Ensino Médio Politécnico no RS.

2.1 O Ensino Médio ao longo da história

A sociedade pós-industrial criou um novo perfil de cidadão e vem mudando a organização do trabalho e as formas de exercício da cidadania. Seguindo esse raciocínio, é inevitável afirmar que grandes mudanças também atingiram e continuarão existindo no âmbito da educação e do trabalho.

As práticas pedagógicas também estão envoltas em mudanças, sejam elas na forma de escolas, correntes ou mesmo na forma de tendências, propiciando, dessa forma, direito de escolha, de opção, podendo ser teóricas, políticas ou ideológicas.

Nesse sentido, a reflexão sobre a prática pedagógica deve ser constante e estar atenta às necessidades de seu público. Segundo Goergen (1979), a teoria está relacionada a um conjunto de conhecimentos não necessariamente idênticos, mas também não totalmente díspares da realidade, proporcionando, assim, maior nexo entre teoria, prática e razão.

Antes do século XVIII, de modo geral, o trabalho era realizado de forma artesanal e não exigia do trabalhador grandes conhecimentos. Após esse período, com a industrialização das empresas, surgiram demandas diferentes, pois o antigo artesão teve que se adaptar a um trabalho em série, com maiores exigências.

Foi nesse período que a educação escolar passou a ser vista como uma alternativa para preparar o grande número de pessoas que se concentravam nos novos centros industriais para o mercado de trabalho. Porém, em uma sociedade dispare, na qual a desigualdade social era acentuada, nem todos tinham acesso ao

mesmo nível de ensino, ou seja, existia uma escola para o povo e outra para a elite dominante.

Assim, nos primeiros tempos da história do Brasil, a educação era um mecanismo distintivo social que determinava status e foi utilizada como instrumento pelos grupos dominantes formados principalmente pelos descendentes das famílias aristocráticas.

Foi no governo de Getúlio Vargas, nos anos 30, que a educação passou por grandes modificações e passou a ser responsabilidade da nação, dos estados e dos municípios. Quanto ao Ensino Médio,

se estrutura definitivamente como curso de estudos regulares com a Reforma Gustavo Capanema, em 1942. Surgem os cursos colegiais divididos entre científico e clássico, com duração de três anos. A formação do aluno deveria passar por conhecimentos que lhe proporcionasse o desenvolvimento humanista, patriótico e cultura geral, como alicerce para o nível superior. No caso do ensino técnico profissionalizante, embora a demanda econômica por ele fosse maior, ainda era relativamente desprezado pelas classes média e alta, que almejavam o ensino superior. Isso também ocorria porque quem fizesse o técnico não poderia prestar exames para o superior; para isso era necessário o ensino secundário integral. (SANTOS, 2010, p. 8).

Nessa época, os jovens que optavam pelos cursos técnicos eram os mais carentes, que precisavam de emprego para ajudar na renda familiar e, por essa necessidade, acabavam afastando-se da possibilidade de ingressar em um curso superior posteriormente.

Em dezembro de 1961, foi sancionada a Lei nº 4.024 ou Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a partir daí a educação de grau médio passa a ser entendida como prosseguimento da escola primária destinada à formação de adolescentes.

Porém, em um contexto de Ditadura Militar, com o país ligado ao capital estrangeiro e com a instalação de multinacionais

o ensino era visto como instrumentalização para o trabalho, além de a educação ser concebida como instrumento de controle ideológico. Essa ênfase na articulação entre educação e trabalho, em parte, deu-se aos

acordos firmados entre o MEC e organismos internacionais [...] (SANTOS, 2010, p. 11).

Tempos depois, já nos anos 80, com a recessão econômica e com o desejo de retorno à democracia houve uma luta intensa por reforma partidária e eleitoral, culminando com a nova Constituição que foi promulgada em outubro de 1988 e trouxe consideráveis inovações, inclusive para a educação. Em seu artigo 205, a educação aparece como responsável pelo “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” sendo assim um direito de todos.

Na década seguinte, em dezembro de 1996, foi aprovada o que seria a segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9394/96), que proporcionou um grande avanço definindo a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio como etapas constituintes de um único nível de ensino, a Educação Básica.

A LDB determinou também a criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) específicos para o ensino fundamental e para o ensino médio. Os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio podem ser considerados como um guia de todas as disciplinas e indicam os conteúdos importantes a serem trabalhados no Ensino Médio, além de orientar o professor sobre a maneira correta de apresentá-los. Os PCNEM (1998) são norteados das escolhas do professor; eles não dizem exatamente o que deve ser feito, mas são suportes para direcionar o docente pelo melhor caminho.

A formação humana é um processo constante e contínuo de transformação e também está ligada ao trabalho, mas não pode ser resumida a ele. Apesar das diversas orientações, ainda hoje, em algumas instituições escolares, o ensino é visto como produto e o educando como mão-de-obra, aquele que deve ser preparado para o mercado de trabalho.

O estudo fragmentado de conteúdos e a não relação deles com a prática do cotidiano não permitem a formação de qualidade e fazem com que o objetivo de formar cidadãos conscientes, críticos e, de fato, atuantes na sociedade não se concretize. Em muitas escolas, por exemplo, o gestor ainda é visto como a pessoa que comanda e que toma todas as decisões, o que remete aos modelos de

organização do trabalho de antigamente, no qual poucos mandavam e a grande massa obedecia sem reclamar.

2.2 A reestruturação do Ensino Médio

A Lei 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, estabelece como finalidades do Ensino Médio, a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental e a preparação básica para o trabalho e a cidadania, desenvolvendo no educando a capacidade de se adaptar de maneira flexível a novas situações que irá enfrentar no seu futuro.

Partindo desse pressuposto e de que a humanidade está em constante evolução, a escola e as relações que nela se estabelecem principalmente no que tange a aprendizagem e o conhecimento também precisam mudar. Os fundamentos científicos e tecnológicos que acompanham a humanidade também passaram por diversas modificações, portanto, faz-se necessário na escola analisar, construir novas alternativas, ressignificar metodologias e refletir sobre o sentido da avaliação, para assim garantir a qualidade e o acesso que é um direito de todos.

Todas as etapas que envolvem a educação merecem atenção, mas, nos últimos anos, o Ensino Médio tem sido o foco de inúmeras discussões e reflexões em diferentes segmentos da sociedade. É inegável que o acesso à educação tem melhorado muito nos últimos anos, o que se comprava pela elevação do número de concluintes do Ensino Fundamental, mas “o desafio da permanência e da garantia de aprendizagem tem se mostrado agravado [...] em decorrência da inexistência de uma escola sintonizada com os anseios da juventude atual” (AZEVEDO e REIS, 2013, p. 27).

A discussão maior em relação à etapa final da educação básica gira em torno de sua identidade, ou seja, questões que envolvem a sua funcionalidade, organização curricular, qualidade da formação docente, os desafios que envolvem a formação humana levando em conta as grandes transformações no campo da tecnologia e do trabalho.

Outra questão de suma importância e que caracteriza o perfil dos alunos do Ensino Médio é a ausência de diálogo entre os seus objetivos e os objetivos da escola, do professor e da família, o que pode ser melhorado através de uma gestão

escolar compartilhada, participativa e democrática a fim de fortalecer o trabalho coletivo e a integração entre todos os segmentos da escola.

Segundo Esperança (2010, p. 26),

uma primeira percepção é a de que os alunos chegam às nossas escolas sem entender direito no que aquelas aprendizagens podem influenciar para uma vida melhor. Pelo menos na prática – já que na teoria, são fartas as razões. E essa é uma segunda percepção: buscamos razões para se frequentar a escola em valores um tanto quanto insignificantes para os alunos. Sejam quais forem os motivos, os valores que queremos que nossos alunos tenham não são os mesmos que a maioria deles têm ou almeja ter [...]. Mas também é notável que os alunos estão buscando algo. Essa busca muda muito de um aluno para outro, mas muitas buscas convergem para um lugar comum – o que faz da escola um lugar possível de concretizá-la com cooperação.

A escola, nesse sentido, precisa ser repensada, para que os jovens que estão nela permaneçam e cheguem ao término da educação básica e também para que aqueles que estão fora voltem a enxergar nela um espaço de busca por crescimento intelectual e humano.

Assim, as Novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (Resolução nº 2, de 30 de janeiro de 2012) pretendem conferir ao Ensino Médio uma identidade, uma uniformidade, cujo objetivo maior é a busca por uma formação humana integral dos estudantes. Outro aspecto importante é a orientação de que o trabalho e a pesquisa integrem os princípios educativos e pedagógicos.

As DCN para o Ensino Médio, aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação e homologadas pelo MEC em janeiro de 2012, apresentam um conjunto de princípios, fundamentos e procedimentos que contribuem para um novo modelo de currículo para o Ensino Médio, o que, nas palavras de Garcia (2013, p. 55) contribuirá para a “elaboração de currículos mais criativos e sintonizados com as demandas contemporâneas e o fortalecimento do diálogo com as juventudes [...] superando, portanto, o conceito de currículo por competências comportamentais”.

Todo processo de aprendizagem precisa de um fio condutor, algo que oriente as práticas das diversas escolas espalhadas pelo Brasil em torno de um objetivo comum. Assim, a Base Nacional do Currículo servirá de orientação para que as escolas elaborem seus projetos curriculares levando em consideração a realidade de cada estabelecimento de ensino.

Levando em consideração os altos índices de abandono e reprovação que atingem a etapa final da educação básica e ainda os aspectos relacionados aos resultados qualitativos nesse nível, o Estado do Rio Grande do Sul lançou, em 2011, às suas escolas da rede estadual de ensino uma proposta de reformulação do Ensino Médio, para ser implantada de forma gradual durante os anos de 2012 a 2014 com a criação de um documento-base intitulado Proposta Pedagógica para o Ensino Médio Politécnico e Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio – 2011 – 2014.

O Ensino Médio Politécnico foi, então, apresentado às escolas como meio facilitador para aliar a teoria e a prática por intermédio da pesquisa, aliando de forma mais eficaz os educandos, sua realidade social e o mundo do trabalho.

Tal proposta abrange a educação intelectual, educação do corpo e educação tecnológica tendo

a base na dimensão politécnica, constituindo-se no aprofundamento da articulação de conhecimentos e suas tecnologias, com os eixos Cultura, Ciência, Tecnologia e Trabalho, na perspectiva de que a apropriação e a construção de conhecimentos embasam e promovem a inserção social da cidadania (RIO GRANDE DO SUL, 2011, p. 10).

Como é possível perceber, a proposta de mudança propõe a interação entre a educação e o mundo do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura com o objetivo de proporcionar ao educando maior apropriação e construção de conhecimentos que estimulem cada vez mais a sua vida em sociedade e suas práticas de cidadania.

As bases teóricas do Ensino Médio Politécnico (EMP) estão pautadas principalmente na articulação do trabalho pedagógico com as grandes áreas do conhecimento (ciências da natureza e suas tecnologias, ciências humanas e suas tecnologias, linguagens e suas tecnologias, matemática e suas tecnologias) e na relação entre teoria e prática, parte e todo (RIO GRANDE DO SUL, 2011).

2.3 O Ensino Médio Politécnico e a sua forma de estruturação

Melhorar a qualidade do ensino no Brasil e no Rio Grande do Sul é um desafio e já não pode ficar somente no papel. A sociedade pós-industrial criou um novo perfil de cidadão e vem mudando a organização do trabalho e as formas de exercício da cidadania.

O Brasil é um país complexo, com dimensões continentais, com grande diversidade cultural e inúmeras desigualdades sociais (distribuição da renda e acesso à qualidade de vida) e, por isso, os documentos e as leis criadas ao longo desse processo histórico preveem revisões curriculares e práticas educativas que busquem incorporar valores como autonomia, sustentabilidade e solidariedade (Referenciais Curriculares do Rio Grande do Sul, 2009).

Nessa perspectiva, entende-se que o espaço escolar, na busca pela qualidade, deve garantir a permanência na escola e que ela seja, de fato, significativa, resultando em aprendizagens pertinentes à realidade dos educandos, ou seja, “conhecimentos [...] capazes de aplicar no entendimento de seu mundo, na construção de um projeto de vida pessoal e profissional, na convivência respeitosa e solidária com seus iguais e com seus diferentes [...]” (Parecer 15/98 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação).

Uma maneira encontrada para proporcionar ao aluno essa maior integração com a escola é a articulação desta com o mundo do trabalho, o que poderá servir de base para uma futura educação tecnológica ou politécnica, criando, assim, a possibilidade de formar jovens trabalhadores que possam sustentar-se de forma digna.

As Diretrizes Nacionais para o Ensino Médio explicam que a aprendizagem deve acontecer dentro de um contexto, pois

O tratamento contextualizado do conhecimento é o recurso que a escola tem para retirar o aluno da condição de espectador passivo. Se bem trabalhado, permite que, ao longo da transposição didática, o conteúdo do ensino provoque aprendizagens significativas que mobilizem o aluno e estabeleçam entre ele e o objeto do conhecimento uma relação de reciprocidade. A contextualização evoca por isso áreas, âmbitos ou dimensões presentes na vida pessoal, social e cultural, e mobiliza

competências cognitivas já adquiridas (Parecer 15/98 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação).

Para a educação do século XXI faz-se necessário ofertar aos jovens uma mudança estrutural que faça do Ensino Médio muito mais que apenas mera continuidade do Ensino Fundamental, caracterizando-o, de fato, como etapa final da educação básica.

Segundo o documento-base (RIO GRANDE DO SUL, 2011, p. 10)

No Estado do Rio Grande do Sul, a etapa final da educação básica constitui-se com as seguintes organizações curriculares: Ensino Médio Politécnico, Ensino Médio Curso Normal, Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio, podendo assumir a forma de concomitância externa, e Educação Profissional Técnica de Ensino Médio na forma subsequente, e contempla o acesso à escolaridade nas modalidades: educação de jovens e adultos, educação especial, educação indígena, educação do campo, educação de quilombolas e educação profissional.

Entre as organizações curriculares trataremos com mais ênfase o Ensino Médio Politécnico, que tem como princípio básico a Politecnia. A noção de Politecnia se caracteriza pelo “domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo moderno” (SAVIANI, 1989, p. 17).

A proposta de um novo Ensino Médio foi apresentada às escolas da rede estadual em 2011, com previsão de aplicação para o ano de 2012. Nos documentos destinados às escolas, o ponto central é a superação da fragmentação do conhecimento e para isso “o Ensino Médio Politécnico aponta diretrizes às emergências de uma concepção educacional emancipatória e desalienadora” (AZEVEDO e REIS, 2013, p. 39) e propõe alterações nos Planos de Estudos e em parte dos Regimentos Escolares, para a implementação da reestruturação curricular.

O novo Ensino Médio está sendo e ainda será um grande desafio para toda a comunidade escolar que, como diante de qualquer mudança, pode sofrer com certo estranhamento, dúvida ou insegurança. Para que exista o sucesso nessa nova proposta será necessário levar em consideração, além da ação de professores e alunos em sala de aula, outros fatores internos e até mesmo externos à escola que poderão interferir nesse processo.

Segundo Gramsci (1978), a Politecnicia pensa políticas públicas que integrem a educação escolar ao trabalho, à ciência e à cultura, desenvolvendo, assim, bases científicas e técnicas necessárias à existência e a conscientização de direitos públicos, sociais e culturais, fundamentais a qualquer indivíduo.

A formação de base politécnica parte do contexto social e cultural dos educandos e integra todos os conteúdos para que haja diálogo entre os diferentes campos do saber, por isso, a interdisciplinaridade é elemento norteador dessa nova prática pedagógica.

A escola e o ensino devem levar em conta a prática social e a teoria para que possam contribuir para uma ação efetivamente transformadora da realidade. Segundo o Regimento Referência das Escolas de Ensino Médio (2012, p. 9), a metodologia adotada nos estabelecimentos de ensino deve considerar a interdisciplinaridade, que

é o diálogo das disciplinas e áreas do saber, sem a supremacia de uma sobre a outra, trabalhando o objeto de conhecimento como totalidade. Viabiliza o estudo de temáticas transversalizadas, que aliam teoria e prática, tendo sua concretude por ações pedagogicamente integradas no coletivo dos professores. Traduz-se na possibilidade real de solução de problemas, posto que carrega de significado o conhecimento que irá possibilitar a intervenção para a mudança da realidade.

Essa organização interdisciplinar permite a formação integral do educando, pois possibilita sua conexão com o mundo real através da pesquisa e ao mesmo tempo permite a superação da avaliação seletiva e classificatória pela avaliação emancipatória, capaz de diagnosticar avanços e entraves e redefinir rumos a serem percorridos para a superação de alguma dificuldade.

Nesse contexto, a reestruturação da educação exige uma nova organização curricular para aliar a formação humana à ciência e à técnica ligando-as à preparação para o trabalho. O trabalho, dessa maneira, passa a ser tratado como princípio educativo de modo que os estudantes o compreendam

como todas as formas de ação que os seres humanos desenvolvem para construir as condições que asseguram a sua sobrevivência. Implica reconhecê-lo como responsável pela formação humana e pela constituição

da sociedade. É pelo trabalho que os seres humanos produzem conhecimento, desenvolvem e consolidam sua concepção de mundo, conformam as consciências, viabilizando a convivência, transformam a natureza construindo a sociedade e fazem história. Tomar o trabalho, assim concebido, como princípio educativo, implica em compreender as necessidades de formação de dirigentes e trabalhadores que caracterizam as formas de organização e gestão da vida social e produtiva em cada época (RIO GRANDE DO SUL, 2011, p. 13).

As mudanças no mundo do trabalho geram novas necessidades e a escola precisa se adaptar a isso e cumprir seu papel de ensinar a compreender e a transformar a realidade através da teoria e do método científico. Para introduzir o enfoque crítico-investigativo na construção do conhecimento, uma nova disciplina, chamada Seminário Integrado (SI) foi criada. Essa disciplina também é responsável por promover a articulação entre os conhecimentos formais adquiridos nas diferentes disciplinas que compõem o currículo e os conhecimentos sociais ligados à realidade e aos eixos temáticos transversais (meio ambiente, esporte e lazer, direitos humanos, cultura e artes, cultura digital, prevenção e promoção da saúde, comunicação e uso de mídias, etc).

Para a inclusão de uma nova disciplina, a carga horária semanal do Ensino Médio também precisou ser alterada, de 25 horas passou para 30 horas, aumentando, conseqüentemente, o número de horas anuais de 800 para 1000 horas. Muitas escolas optaram por atender seus alunos no turno inverso para se adaptarem à nova realidade. O número de períodos destinados à disciplina de Seminário Integrado será alterado em cada série dessa etapa, pois

o currículo do Curso de Ensino Médio será desenvolvido em três anos, com 3000 horas, sendo que a carga horária no primeiro ano será de 75% de formação geral e 25% de parte diversificada. No segundo ano, 50% para cada formação e, no terceiro ano, 75% para a parte diversificada e 25% para a formação geral.[...] Entende-se por formação geral (núcleo comum), um trabalho interdisciplinar com as áreas de conhecimento com o objetivo de articular o conhecimento universal sistematizado e contextualizado com as novas tecnologias, com vistas à apropriação e integração com o mundo do trabalho. Entende-se por parte diversificada (humana – tecnológica – politécnica), a articulação das áreas do conhecimento, a partir de experiências e vivências, com o mundo do trabalho, a qual apresente opções e possibilidades para posterior formação profissional nos diversos setores da economia e do mundo do trabalho (RIO GRANDE DO SUL, 2011, p. 23).

O Seminário Integrado, como pode perceber, possibilita o diálogo entre os componentes curriculares e traz a pesquisa como um instrumento capaz de melhorar a qualidade da aprendizagem, pois através dos projetos desenvolvidos é possível aproximar os estudantes do mundo do conhecimento e transformá-los em agentes da sua própria construção.

CAPÍTULO 3

O ENSINO MÉDIO POLITÉCNICO NA PRÁTICA: ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES E CONSTRUÇÃO DOS RESULTADOS

O terceiro capítulo descreve o contexto em que a pesquisa foi realizada. Para tanto, apresenta-se as fontes consultadas, os instrumentos de pesquisa utilizados e a posterior construção dos resultados.

3.1 Contexto da pesquisa

A pesquisa de campo aconteceu na cidade de Parobé/RS e envolveu uma escola estadual de Ensino Médio, localizada na zona urbana do referido município. Para preservar a identidade da instituição de ensino não serão citados nomes, nem da escola e nem da equipe diretiva e professores envolvidos.

A escola em questão conta com 30 professores, 6 funcionários e 390 alunos. Oferece apenas o nível médio e funciona no período da manhã, tarde e noite. Trata-se de uma instituição de ensino nova, pois foi inaugurada em 2009, com instalações totalmente novas e adaptadas para fornecer acessibilidade a portadores de necessidades especiais (rampas de acesso, portas mais largas, elevador para acesso ao segundo piso, banheiros adaptados) e sala de recursos para atendimento especializado dos casos de inclusão.

Outro diferencial da escola é o fato de possuir “salas temáticas”, ou seja, cada área do conhecimento tem a sua sala específica onde todo material fica armazenado e são os alunos que trocam de sala conforme o horário organizado em um quadro branco que fica na entrada do prédio.

O corpo docente é qualificado, dos 30 professores, apenas 3 estão em fase de conclusão da graduação, os demais já são formados e a maioria possui especialização em suas áreas de atuação.

O nível sócio-econômico dos alunos é classificado pela escola como médio e baixo, pois os pais possuem escolaridade em nível fundamental e médio completo ou incompleto, a maioria dos filhos estuda e trabalha e a renda familiar se situa entre 3 e 6 salários mínimos nacionais.

É válido ressaltar que o Projeto Político Pedagógico da escola ainda está em construção, pois durante os dois primeiros anos de funcionamento do estabelecimento de ensino era tido como anexo de outra escola estadual do município até que toda parte legal fosse resolvida.

3.1.1 Fontes

As fontes da pesquisa podem ser divididas em três itens: os sujeitos, os espaços e os documentos.

Quanto aos sujeitos envolvidos na pesquisa podemos citar principalmente os quatro professores coordenadores do Seminário Integrado na escola, mas também alguns membros da equipe diretiva e alguns alunos que informalmente fizeram pequenos relatos de suas experiências com o SI.

Os espaços foram os ambientes da escola e as reuniões dos coordenadores do Seminário Integrado, que acontecem para trocar experiências, traçar novas metas e definir estratégias para guiar da melhor maneira os projetos de pesquisa realizados pelos alunos. Cada coordenador representa uma das quatro áreas do conhecimento (Ciências da Natureza, Ciências Humanas, Linguagens e Códigos e Matemática).

Os documentos usados para dar suporte teórico à pesquisa foram a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB 9394/96), a Proposta Pedagógica para o Ensino Médio Politécnico e Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio – 2011-2014 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

3.1.2 Instrumentos de pesquisa

Existem vários instrumentos que podem ser utilizados no desenvolvimento e no registro das atividades relacionadas à pesquisa em educação. Para a realização da presente pesquisa, fez-se uso dos seguintes instrumentos de coleta de dados: participação em uma reunião dos coordenadores de Seminário Integrado; observação sistemática; entrevista coletiva com os coordenadores dos projetos de pesquisa (SI).

A participação na reunião com os coordenadores do Seminário Integrado na escola deu-se de forma bastante receptiva por parte dos professores. O pesquisador compareceu na escola no dia 31 de outubro de 2012 para participar de uma reunião entre a direção e os professores coordenadores dos projetos na escola. Nessa reunião foram discutidos vários assuntos como o andamento dos projetos, a efetiva participação dos alunos nas pesquisas e também foram definidas as datas e toda a logística para a apresentação oral dos alunos (espaço, materiais necessários, professores avaliadores, fichas de avaliação).

A observação sistemática aconteceu em dois momentos distintos. O primeiro momento foi durante a apresentação oral dos grupos, no dia 9 de novembro de 2012, no turno da noite. Nesse dia o pesquisador compareceu à escola e observou as apresentações dos projetos das duas turmas de 1º ano participantes do Ensino Médio Politécnico. A sala das apresentações estava previamente arrumada, com tela móvel e data show instalados para uso dos alunos, mesa organizada para os professores avaliadores e cadeiras dispostas de forma que todos os alunos pudessem assistir às apresentações de forma confortável.

Antes do início das apresentações, a diretora da escola fez a abertura do evento e todos contaram o Hino Nacional. Os professores das áreas das Ciências Naturais e de Linguagens conduziram as apresentações. Cada grupo teve 15 minutos para apresentar seu projeto de pesquisa enquanto eram avaliados por professores de diferentes disciplinas. Os professores avaliadores recebiam previamente uma ficha com o título do trabalho e nomes dos componentes do grupo de pesquisa. Ao final das apresentações todos os professores faziam comentários sobre as apresentações realizadas e davam sugestões do que poderia ser melhorado.

O segundo momento de observação aconteceu no dia 20 de novembro de 2012 quando houve na escola a mostra de trabalhos dos alunos de Seminário Integrado, com a participação dos alunos dos 2º e 3º anos, da comunidade e de

alunos da 8ª série do Ensino Fundamental de escolas municipais vizinhas que foram convidados a prestigiar o evento e conhecer um pouco mais sobre o Ensino Médio Politécnico, realidade da qual também farão parte no ano de 2013.

Nessa mostra os alunos foram previamente distribuídos em diferentes espaços da escola onde cada grupo poderia montar a sua apresentação, de forma criativa, com a utilização de diferentes materiais. Todas as pessoas que estavam participando como expectadores do evento tiveram a oportunidade de questionar os grupos sobre suas pesquisas e participar de algumas atividades práticas desenvolvidas para enriquecer os trabalhos. Nesse momento, o pesquisador teve momentos de conversa com a diretora da escola que estava acompanhando o evento e recepcionando os convidados e com os alunos de Seminário que explicaram um pouco sobre suas pesquisas.

A última etapa da coleta de dados foi a entrevista com os quatro professores coordenadores do Seminário Integrado. Essa entrevista ocorreu nas dependências da escola, no dia 18 de dezembro de 2012, após o encerramento das atividades de Seminário Integrado na escola. Em uma sala reservada e somente com a presença dos coordenadores o pesquisador pôde realizar a entrevista que havia preparado e obter com isso os dados necessários a sua pesquisa referente à como se deu a implementação do EMP na escola, com posterior avaliação do processo.

3.2 Construção dos resultados

Durante o período em que os professores coordenadores responderam as questões propostas na entrevista, o pesquisador não se pronunciou em nenhum momento. Apenas os professores, entre si, trocavam algumas ideias e confirmavam algumas informações. O grupo demonstrou ter bastante afinidade e compartilhar os mesmos métodos de trabalho, o que fica evidente devido à semelhança nas suas opiniões sobre as perguntas.

A primeira pergunta da entrevista feita aos coordenadores abordou a questão de como foi a implementação do Ensino Médio Politécnico na escola e teve a finalidade de perceber, de forma geral, qual a impressão da escola como um todo em relação à nova proposta de ensino.

As respostas obtidas identificaram uma boa aceitação da maioria dos professores e alunos, apenas um professor salientou a dificuldade de aceitação de alguns colegas professores que se declararam perante a direção contra as mudanças.

A segunda pergunta tocou na questão da gestão democrática e todos foram acordes em dizer que sim, nessa escola há gestão democrática com ativa participação de todos os segmentos da escola nas tomadas de decisão. Dois professores chegaram a comentar que alguns colegas não gostam desse processo democrático, pois os coloca no compromisso de terem que participar de outras questões fora aquelas relacionadas à sala de aula.

Na pergunta de número 3, quando questionados sobre a participação coletiva durante o processo, os quatro entrevistados disseram que não houve participação completa de todos os professores do grupo, pois nas diversas reuniões realizadas durante o ano de 2012, muitos colegas se ausentavam mesmo com a forte cobrança da direção para que todos comparecessem. Três professores declararam nesse momento a importância da participação dos alunos e dos pais que, no início do ano, compareceram em peso às reuniões para esclarecimentos sobre a nova proposta.

A quarta pergunta abordou diretamente a questão da participação dos demais professores no Seminário Integrado e, mais uma vez, houve semelhança nas respostas, pois todos, de uma forma ou de outra relataram que mesmo sendo oportunizada e cobrada a intensa participação de todos no processo, muitos colegas deixam claro que não acreditam na proposta e não querem se engajar nos projetos de pesquisa. A posição da direção e da grande maioria dos professores sobre essa questão é que as decisões devem ser tomadas de acordo com o que a maioria decidir, então, fica claro que mesmo sendo contra proposta o grupo deverá seguir a linha que a escola como um todo adotar.

A quinta e última pergunta aborda o comportamento dos educandos em relação à nova proposta, tanto no início como no decorrer do ano e novamente os professores coordenadores fizeram ressalvas parecidas. Todos foram acordes em dizer que no início do ano houve certa resistência por parte dos alunos, principalmente os do ensino noturno, que teriam que ir à escola no vespertino para ter atendimento com o professor orientador. Outro ponto comum foi que todos concordaram que a resistência por parte dos alunos foi em virtude da não compreensão, naquele momento inicial, de como a proposta seria colocada em

prática. Um dos professores relatou que, por diversas vezes, também tinha muitas dúvidas e tranquilizava os alunos dizendo que iria buscar as informações e em seguida repassaria para eles.

Diante do exposto na entrevista, pode-se dizer que a escola pesquisada ainda está em processo de aprendizagem no que tange a gestão democrática, pois não conseguiu despertar em todos os seus membros o sentimento de pertencimento ao espaço escolar que é tão necessário para haver engajamento em todas as etapas que compreendem o processo educativo.

Nesse sentido, é importante conhecer o nível de envolvimento de cada um para entender a forma como acontece a interação, se de fato o trabalho é coletivo. Quando se fala em gestão democrática e participativa logo se pensa que todos acreditam e assumem o projeto proposto, mas nem sempre isso acontece na prática.

Em um espaço como a escola, há a necessidade de o professor se engajar na sua própria reconstrução, adaptando-se às novas realidades que se apresentam através da sua efetiva participação, buscando o seu crescimento pessoal e profissional e também de seus alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os problemas relacionados à educação são históricos em nosso país e, nos dias atuais, melhorar a qualidade da educação de nossos alunos é o principal objetivo do Brasil e também do nosso Estado. Algum tempo atrás, um dos maiores desafios era aumentar o número de vagas e conseqüentemente expandir o acesso à educação básica.

Ainda não é possível afirmar que o acesso à escola é um problema solucionado, pois existem faltas de vagas na educação infantil e na educação profissional, porém no Ensino Fundamental e no Médio o acesso já é uma realidade.

De todas as etapas da Educação Básica, o Ensino Médio tem sido o foco de inúmeras discussões, nos mais diversos segmentos da sociedade. Essas reflexões não são novidade e estão em pauta a algum tempo no cenário internacional, como a reunião realizada pela UNESCO, em maio de 2001, em Beijing, República Popular da China, por exemplo. Nessa reunião, vários especialistas em Ensino Médio no século XXI constataram que “o Ensino Médio deve merecer alta prioridade; os objetivos e as funções do Ensino Médio devem ser redefinidos para o século XXI” (cadernos UNESCO, 2001, p. 9).

O Ensino Médio é um desafio para as políticas educacionais cujo maior desafio é a permanência e garantia da qualidade na aprendizagem de nossos jovens. Entre os prováveis motivos para a reprovação e o abandono nessa fase final da educação básica é a falta de sintonia entre a escola e os anseios da juventude, que, de uma maneira ou de outra estão relacionados ao mundo do trabalho.

Os jovens ingressam no Ensino Médio cheios de experiências de mundo que, na maioria das vezes, não são aproveitadas no ambiente escolar, pois perdem espaço para um currículo fragmentado, no qual suas experiências não cabem. Assim, não pensar os planos de estudos ligados aos projetos de vida desses estudantes é o mesmo que assumir o fracasso social do Ensino Médio.

A ligação da ciência, da cultura e da tecnologia com o trabalho, pode ser uma forma de ressignificar o Ensino Médio, tornando o trabalho princípio educativo, de modo que este faça mais sentido para os jovens que nele ingressam.

O mundo do trabalho e o exercício da cidadania já são orientações apresentadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio como importantes aspectos a serem incluídos no currículo dessa etapa.

Com vistas à melhoria da educação no Estado do Rio Grande do Sul foi lançada às escolas da rede estadual de ensino a proposta de reestruturação do Ensino Médio, em 2011, tornando-o politécnico. A proposta do governo tem por base a articulação das áreas do conhecimento com os eixos cultura, ciência, tecnologia e trabalho, o que necessita de uma abordagem interdisciplinar para de fato ocorrer. Dessa forma, o Seminário Integrado constitui a articulação entre todas as disciplinas.

Um processo de mudança como o proposto pelo atual governo do Estado, sem muitas explicações e por vezes contraditório, fez com que boa parte da comunidade escolar se posicionasse contra a reestruturação, mesmo cientes que o Ensino Médio clamava por modificações e pela definição de um perfil próprio.

A escola é um espaço de diversidade e deve organizar seu currículo também de forma flexível, que dialogue com a avaliação emancipatória e com a gestão democrática. Nesse contexto, a gestão democrática torna-se essencial, pois uma das questões abordadas pela nova proposta é a autonomia para que os estabelecimentos de ensino se adequem à realidade local, tomando decisões coletivas com a participação de alunos, pais, funcionários, professores e comunidade em geral.

Já existem pesquisas que mostram uma pequena melhora nos índices de abandono e reprovação em nosso Estado após a implementação do ensino politécnico. Porém, boa parte dos profissionais da educação não acreditam em tal proposta e demonstram insatisfação com o aumento de trabalho e a pouca valorização do magistério.

Independente dos resultados pós implementação, e do que vem acontecendo nos diversos estabelecimentos de ensino do Rio Grande do Sul, acredito que toda mudança é bem vinda e o fato de não vir pronta e acabada, permitindo a participação dos maiores envolvidos (professores e alunos) no processo já é válida.

Após o estudo de caso na escola de Parobé/RS pude constatar que mesmo sem um entendimento total da proposta, quando há interesse da direção e do corpo docente em executar um trabalho de qualidade, bons resultados são certos. Com todas as dificuldades encontradas durante o ano letivo de 2012, a escola pesquisada desenvolveu um ótimo trabalho e conseguiu de forma eficiente engajar seus alunos

nas atividades propostas e fazê-los refletir sobre a importância de, juntos com os professores, serem agentes de seu próprio conhecimento. Foi encantador assistir às apresentações orais, realizadas com tanto empenho e também a mostra de trabalhos organizada com tanta dedicação pela direção, por professores e principalmente por aqueles que nos fazem acreditar que vale a pena enfrentar desafios e batalhar por um ensino de qualidade, os alunos.

REFERÊNCIAS

ALVES – MAZZOTTI, Alda Judith. **Usos e abusos dos estudos de caso**. Revista Cadernos e Pesquisa, v. 36, n.129, set./dez. 2006.

AZEVEDO, José Clovis de; REIS, Jonas Tarcísio. Democratização do Ensino Médio: a reestruturação do Ensino Médio no RS. In: **Reestruturação do Ensino Médio: pressupostos teóricos e desafios da prática**. 1. ed. – São Paulo: Fundação Santillana, 2013.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9393.htm>. Acesso em: 06 jan. 2013.

_____. **Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares**. Brasília, DF: MEC, 2004.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. **Resolução n. 02, de 30 de janeiro de 2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. In: Diário Oficial da União, Brasília, seção 1, 31 jan. 2012.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino. **Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo**. Florianópolis, 2006. Out – Dez; 15 (4): 679 – 84.

CNE. **Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica**. Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais, gerais para Educação Básica.

CURY, Carlos Roberto J. **O princípio da gestão democrática na educação** (2005). Disponível em < www.tvbrasil.com.br/salto >. Acesso em: 21 de julho de 2007.

Ensino Médio no século XXI: desafios, tendências e prioridades. – Brasília: UNESCO, 2003. p. 94 – (Cadernos UNESCO. Série Educação; 9).

ESPERANÇA, Antônio Cesar dos Santos. O que buscamos na escola? In: **Ensino Médio: docência, identidade e autoria**. (org.) Aínda Maria Piva Rossi et al. São Leopoldo: Oikos, 2010.

GARCIA, Sandra Regina de Oliveira. Ensino Médio e Educação Profissional: breve histórico a partir da LDBEN nº 9394/96. In: **Reestruturação do Ensino Médio: pressupostos teóricos e desafios da prática**. 1. ed. – São Paulo: Fundação Santillana, 2013.

GOERGEN, Pedro. **Teoria e prática: problema básico da educação**. “Iniciação teórica e prática às ciências da educação”. (org.) Antônio Muniz Rezende. Petrópolis: Vozes, 1979.

GRAMSCI, Antônio. **Concepção Dialética da História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola – Teoria e Prática**. Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2003.

REFERENCIAIS CURRICULARES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias/Secretaria de Estado da Educação. Porto Alegre: SE/DP, 2009. V.1.

REGIMENTO REFERÊNCIA DAS ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO, 2012. Disponível em: <<http://www.educacao.rs.gov.br>>. Acesso em 15 out. 2013.

RIO GRANDE DO SUL. **Proposta Pedagógica para o Ensino Médio Politécnico e Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio – 2011 – 2014**. Porto Alegre: Secretaria de Estado da Educação, 2011.

SANTOS, Boaventura de Souza (org.). **Os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Rulian Rocha dos. **Breve histórico do Ensino Médio no Brasil (2010)**. Disponível em < www.emdialogo.uff.br/sites/pdf >. Acesso em: 21 de outubro de 2013.

SAVIANI, Demerval. **Sobre a Concepção de Politecnicidade**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 1989.

VASCONCELLOS, C. S. **Planejamento: Plano de Ensino-Aprendizagem e Projeto Educativo**. São Paulo: Liberta, 1995.

APÊNDICE A - ENTREVISTA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL

PESQUISADOR: CASSIANI DOS SANTOS
ORIENTAÇÃO: SUELI MENEZES PEREIRA

ENTREVISTA PARA COORDENADORES DO ENSINO MÉDIO POLITÉCNICO

Prezado(a) Professor(a):

Sou aluna do Curso de Gestão Educacional, na modalidade a distância, da Universidade Federal de Santa Maria e estou desenvolvendo uma pesquisa com a finalidade de analisar como aconteceu a implementação do Ensino Médio em sua escola, bem como apontar as ações praticadas pela gestão escolar para contribuir nesse processo. Para tanto, solicito a sua colaboração respondendo a uma entrevista, por escrito, de modo a contribuir para a produção acadêmica.

Para a preservação de sua identidade, os dados recolhidos serão usados conforme os padrões éticos, que norteiam a pesquisa acadêmica, regulamentados pelo Comitê de Ética da UFSM.

- 1) A implementação do Ensino Médio Politécnico foi bem aceita na escola?
- 2) Há, de fato, gestão democrática na sua escola?
- 3) Houve participação coletiva durante o processo de mudança no Ensino Médio?
- 4) Há participação e colaboração dos demais professores no que se refere ao Seminário Integrado? Como isso ocorre?
- 5) Como os alunos reagiram frente às mudanças apresentadas no início do ano letivo de 2012? Algo mudou desde então?

Obrigada pela colaboração.

ANEXOS

ANEXO A – FICHA DE ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES

E. E. E. M.
SEMINÁRIO INTEGRADO
FICHA DE ACOMPANHAMENTO – ORIENTAÇÃO DO PROJETO
INTERDISCIPLINAR

Aluno(a): _____

Título provisório: _____

Professor(a) Orientador(a): _____

Data e hora do encontro	Atividade	Próximo encontro: data e hora	Rubrica do(a) Professor(a)	Assinatura do(a) Aluno(a)

Observações:

Esta ficha, devidamente preenchida, deverá ser entregue ao último dia de atividades da disciplina de Seminário Integrado.

Assinatura do(a) Orientador(a)

ANEXO B – FICHA DE AVALIAÇÃO DO TRABALHO ESCRITO

E. E. E. M.
SEMINÁRIO INTEGRADO
FICHA DE AVALIAÇÃO – APRESENTAÇÃO ESCRITA – PROJETO
INTERDISCIPLINAR

Aluno(a): _____

Título provisório: _____

Professor(a) Orientador(a): _____

Critérios	Nota máxima	Nota obtida
Pontualidade	1,0	
Adequação à linguagem	4,0	
Referências	2,0	
Formatação	2,0	
Conteúdo	5,0	
Relação com o projeto apresentado	1,0	
Total geral	15,0	

Observação:

Assinatura do(a) Coordenador(a)

ANEXO C – CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS

E. E. E. M.
SEMINÁRIO INTEGRADO
CRONOGRAMA – PROJETO INTERDISCIPLINAR

Aluno(a): _____

Título provisório: _____

Professor(a) Orientador(a): _____

Etapas do Projeto	1ª semana	2ª semana	3ª semana	4ª semana	5ª semana	6ª semana
Escolha e aprofundamento do tema; formulação do problema e estabelecimento de hipóteses.						
Elaboração dos objetivos e redação da justificativa.						
Levantamento bibliográfico/leituras						
Pesquisa de campo						
Tabulação de dados						
Redação do trabalho						
Revisão						
Entrega						
Apresentação oral						

Assinatura do aluno(a)

Assinatura do Orientador(a)

ANEXO D – APRESENTAÇÃO ORAL - 09/11/2012



ANEXO E – MOSTRA DOS TRABALHOS DE PESQUISA - 20/11/2012



ANEXO F – MOSTRA DE TRABALHOS (convidados) – 20/11/2012







